

Administração e Contabilidade: Amálgama para o Sucesso



 Editora
Atena

Ano 2018

Atena Editora

**Administração e Contabilidade:
Amálgama para o Sucesso**

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A238 Administração e contabilidade: amálgama para o sucesso [recurso eletrônico] / Organização Atena Editora. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018.
7.556 kbytes

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-85107-02-4

DOI 10.22533/at.ed.844182304

1. Administração. 2. Contabilidade. I. Título.

CDD 657

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL NO COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO	
<i>Carlos Augusto da Silva Neto</i>	
<i>Flavia Gregório Lindgren</i>	
<i>Andréa Paula Osório Duque</i>	
<i>Guilherme Portugal</i>	
CAPÍTULO 2	18
A PARTICIPAÇÃO DO CONTADOR EM PROCESSO DE FALÊNCIAS E DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS NA VISÃO DOS MAGISTRADOS: ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL E PERÍCIA CONTÁBIL	
<i>Wagner Ferreira da Silva</i>	
<i>Idalberto José das Neves Júnior</i>	
CAPÍTULO 3	38
A RELAÇÃO MATRIZ-SUBSIDIÁRIAS E A TEORIA DAS MULTINACIONAIS: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO	
<i>Paula Porto de Pontes Valentim</i>	
<i>Vinícius Mothé Maia</i>	
<i>Fábio de Oliveira Paula</i>	
CAPÍTULO 4	58
A TRANSPARÊNCIA DOS PORTAIS ELETRÔNICOS OFICIAIS DAS CAPITAIS BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE PARA O ANO DE 2016	
<i>Jailza Mendes Da Costa</i>	
<i>Kliver Lamarthine Alves Confessor</i>	
<i>Fernando José Vieira Torres</i>	
<i>Audrey Regina Leite Esperidião Torres</i>	
<i>Joséte Florencio Dos Santos</i>	
CAPÍTULO 5	79
AFOLS – ADULTS FANS OF LEGO: INVESTIGANDO AS RAZÕES PARA O CONSUMO DE LEGO EM IDADE ADULTA	
<i>Thiago Mello Affonso de Andrade</i>	
<i>Renata Céli Moreira da Silva Paula</i>	
CAPÍTULO 6	97
ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DAS EMPRESAS ADMINISTRADORAS DE SHOPPING CENTERS: UM ESTUDO DE CASO DA ALIANSCE SHOPPING CENTERS S/A EM RELAÇÃO À BRMALLS PARTICIPAÇÕES S/A NOS ANOS 2013 A 2015	
<i>Alexia Mafalda Ramos Martins</i>	
<i>Mivaldo Cavalcante Gomes de Almeida Neto</i>	
<i>Alexandra da Silva Vieira</i>	
<i>Márcia Maria Silva de Lima</i>	
CAPÍTULO 7	118
APLICAÇÃO DO PROCESSO DE RACIOCÍNIO DA TEORIA DAS RESTRIÇÕES NA ÁREA DA PESQUISA CIENTÍFICA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO: UM ESTUDO DE CASO	
<i>Jonathas Coelho Queiroz da Silva</i>	
CAPÍTULO 8	140
“EU VIM PARA SERVIR” (MC 10,45): UM ESTUDO SOBRE LIDERANÇA SERVIDORA EM UMA “NOVA COMUNIDADE”	
<i>Cleysson Ricardo Jordão Braga Dias</i>	
<i>Luiz Sebastião dos Santos Júnior</i>	
<i>Marcela Rebecca Pereira</i>	

CAPÍTULO 9 154

GOVERNANÇA PÚBLICA: ESTUDO DA TRANSPARÊNCIA DE UMA PREFEITURA À LUZ DAS EXPECTATIVAS DOS SEUS PÚBLICOS DE INTERESSE

Larissa Brutes
Deigla Kreuzberg
Rosane Maria Seibert
Neusa Maria da Costa Gonçalves Salla
Berenice Beatriz Rossner Wbatuba

CAPÍTULO 10 173

IMPACTOS DA GLOBALIZAÇÃO NO ENSINO DE ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL

Ana Cristina de Oliveira Lott

CAPÍTULO 11 185

ÍNDICE DE DISCLOSURE DOS ESTADOS BRASILEIROS E DO DISTRITO FEDERAL COM BASE NAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO: UMA ANÁLISE DA SIMILARIDADE DOS ENTES PÚBLICOS

Mariana Camilla Coelho Silva Castro
Jacqueline Veneroso Alves da Cunha
Jorge Eduardo Scarpin
José Roberto de Souza Francisco

CAPÍTULO 12 202

MARKETING BOCA A BOCA EM MÍDIAS SOCIAIS: EFEITO DAS INTERAÇÕES OCORRIDAS NO FACEBOOK SOBRE O DESEMPENHO DAS RECEITAS DE VENDAS DAS EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO

Ilka Gislayne de Melo Souza
César Augusto Tibúrcio Silva

CAPÍTULO 13 222

MECHANISMS OF CORPORATE GOVERNANCE AND PERFORMANCE: ANALYSIS OF PUBLIC COMPANIES LISTED IN BM&FBOVESPA

Josimar Pires da Silva
Mariana Pereira Bonfim
Rafael Martins Noriller
Carlos Vicente Berner

CAPÍTULO 14 237

MÉTODOS E TÉCNICAS QUANTITATIVAS EM CONTABILIDADE E FINANÇAS: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DO SOFTWARE R

Sabrina Amélia de Lima e Silva
Naiara Leite dos Santos Sant' Ana
João Paulo Calemba Batista Menezes
Jéssica Santos de Paula
Caio Peixoto Chain

CAPÍTULO 15 253

QUALIDADE DOS SERVIÇOS: UM ESTUDO EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO

Evellyn Danielly Zabotti
Silvana Anita Walter

CAPÍTULO 16 274

REFLEXOS DA EDUCAÇÃO SOBRE A PRODUTIVIDADE TOTAL DOS FATORES NO BRASIL

Lucas Pereira Silveira
Roberto Miranda Pimentel Fully
Aucione Aparecida Barros Guimarães

CAPÍTULO 17 291

RELAÇÃO ENTRE CAPITAL DE GIRO E RENTABILIDADE: EVIDÊNCIAS NO SETOR DE COMÉRCIO NO BRASIL

Veronica Silva Ricardo

Rodrigo Dilen Louzada

SOBRE OS AUTORES..... 306

GOVERNANÇA PÚBLICA: ESTUDO DA TRANSPARÊNCIA DE UMA PREFEITURA À LUZ DAS EXPECTATIVAS DOS SEUS PÚBLICOS DE INTERESSE

Larissa Brutes

Graduada em Ciências Contábeis
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai
e das Missões- URI
e-mail: laribrutes@gmail.com

Deigla Kreuzberg

Mestranda do Programa Pós Graduação Gestão
Estratégica das Organizações na URI
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai
e das Missões- URI
e-mail: deiglakreuz@yahoo.com.br

Rosane Maria Seibert

Doutoranda do Programa de Pós Graduação em
Ciências Contábeis na UNISINOS
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai
e das Missões- URI
e-mail: rseibert@santoangelo.uri.br

Neusa Maria da Costa Gonçalves Salla

Doutora em Ciências Contábeis e Administração
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai
e das Missões- URI
e-mail: neusalla@santoangelo.uri.br

Berenice Beatriz Rossner Wbatuba

Doutoranda do Programa de Pós Graduação em
Desenvolvimento Regional na UNISC
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai
e das Missões- URI
e-mail: bwbatuba@santoangelo.uri.br

Ângelo – RS. Buscou-se conhecer a transparência das informações divulgadas pela mesma. Para isso foram comparadas as informações divulgadas pela prefeitura com as informações que os cidadãos santo-angelenses tinham interesse que fossem divulgadas e estas foram cruzadas com as que efetivamente a prefeitura divulgou. O trabalho foi estruturado com uma pesquisa bibliográfica sobre o Tema Governança aprofundando o tema em Governança Pública e afunilando para um dos seus princípios: a Transparência que também está amparada na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) e na Lei da Transparência (Lei Complementar nº 131/2009). Como resultado do trabalho chegou-se ao percentual de transparência da Prefeitura de Santo Ângelo.

Palavras-chave: Governança, Transparência, Prefeitura

1 | INTRODUÇÃO

O descontentamento do cidadão com a administração pública devido, principalmente, a casos de corrupção, desvio do dinheiro público e à tributação elevada é vivenciado pela sociedade atual (OLIVEIRA, 2012). O Brasil possui uma das maiores cargas tributárias do mundo, atualmente, ocupa o 12º lugar (IBPT, s.d.). Desse modo, o cidadão tem um maior interesse em saber o

Resumo: O presente artigo apresenta um estudo de Governança feito na Prefeitura Municipal de Santo

destino dos recursos pagos aos cofres públicos e busca um maior controle desses gastos. Às vezes, o destino dado pela administração pública aos recursos não é compatível com os interesses dos cidadãos. Neste contexto, a governança no setor público é importante para diminuir os conflitos entre a gestão pública e o cidadão contribuinte através da transparência e da prestação de contas. Conforme a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, publicada em 1789, em seu artigo 15º, “a Sociedade tem o direito de pedir conta a todo agente público de sua administração”.

Segundo a teoria da legitimidade, para obter sucesso, a organização precisa ser legitimada perante a sociedade, é como se houvesse entre elas um contrato social (SHOCKER; SETHI, 1973; DIAS FILHO, 2007), no qual a organização deve agir de acordo com as normas, crenças e valores da sociedade (SUCHMAN, 1996). Assim, também a administração pública precisa ser legitimada pelos seus cidadãos, sendo que nos últimos anos, a administração pública brasileira vem sofrendo alterações a fim de tornar-se mais eficiente e transparente. A publicação da Lei da Responsabilidade Fiscal e outras leis, especialmente, a exigência da publicação das contas públicas, são um indício disso. Mas, para uma eficiente prestação de contas é necessário que as informações divulgadas estejam alinhadas aos interesses dos cidadãos.

O município objeto do estudo possui em torno de 80.000 habitantes (IBGE) e 60.000 eleitores (TRE) das mais variadas etnias e que devem ser informados sobre as contas do município. O objetivo geral da pesquisa foi verificar quais as informações que os cidadãos do município gostariam que fossem divulgadas pela Prefeitura no seu sítio de internet e por meio dos jornais de circulação local. A informação evidenciada é um instrumento de controle que permite aos cidadãos fiscalizar se o poder público está cumprindo com o contrato social assumido com a comunidade, confirmando o que é preconizado pela teoria da legitimidade.

O artigo está organizado em cinco partes sendo a primeira a introdução, seguindo-se com a fundamentação teórica que dá suporte à pesquisa, a metodologia utilizada, os resultados e as considerações finais.

2 | GOVERNANÇA PÚBLICA

Hood (1991) foi um dos primeiros autores a tratar do assunto da governança no setor público, através da abordagem do tema da “nova administração pública” (NPM), termo que usou para designar doutrinas relativas à administração pública que estavam em ascendência desde os anos 1970 e demonstravam mudanças no padrão até então existentes, pois já levava em conta aspectos como prestação de contas, maior disciplina e parcimônia no uso dos recursos, entre outros.

Osborne (2006) traz o conceito da Nova Governança Pública (NPG) e afirma que a nova administração pública é um estágio transitório entre a administração pública (PA) e a Nova Governança Pública. Na administração pública (AP), que surgiu no final do século XIX,

há o predomínio do “Estado de direito”, burocracia e foco em administração do conjunto de normas e diretrizes. Por sua vez, na Nova Administração Pública (NPM) passou a se trazer técnicas de administração do setor privado para o setor público para aumentar a eficiência e efetividade dos serviços. A Nova Governança Pública é uma perspectiva para o futuro e deve aprimorar os modelos anteriores combinando os pontos fortes do PA e do NPM, reconhecendo a legitimidade e a inter-relação das decisões políticas e dos processos de prestação / implementação de serviços. (OSBORNE, 2006).

Ao se fazer uma análise histórica do Brasil, identificam-se três iniciativas de reformas administrativas, que caracterizam as formas de gestão pública em diferentes períodos. Essas reformas podem ser classificadas como: patrimonialista (anterior a 1936), burocrática (entre anos 30 até 1967) e gerencial (a partir de 1967) (MACAGNAN et al, 2013). Durante a administração pública patrimonialista os recursos públicos eram administrados como se fossem parte do patrimônio particular dos governantes, suas principais características foram a extensão do poder soberano, os servidores possuíam status de nobreza real, os cargos públicos eram considerados prebendas, a *res* pública não era diferenciada da *res principis*, corrupção e nepotismo (JUND, 2006 apud. MACAGNAN *et al*, 2013).

Na administração burocrática entendia-se que o comportamento das pessoas nas organizações era previsível e devia ser conduzido por regras formais. Nesse modelo criou-se o concurso público, o combate à corrupção e ao nepotismo patrimonialista e também o princípio da desconfiança nos servidores públicos e na população. (MACAGNAN et al, 2013). Dentro dos seus princípios pode-se destacar: o caráter racional legal das normas e dos regulamentos, o caráter formal das comunicações, o caráter racional e a divisão do trabalho, impessoalidade nas relações, hierarquia de autoridade, rotinas e procedimentos padronizados, competência técnica e meritocracia, especialização da administração, profissionalização dos participantes e a completa previsibilidade do funcionamento (Silva e Amaral, 2007 apud MACAGNAN et al, 2013).

A administração gerencial foi inspirada na administração empresarial e busca a inserção e o aperfeiçoamento da máquina administrativa. Nesse modelo, foram criados o Decreto Lei nº 200 de 67, a Secretaria da Modernização em 1970, de 1979 até 1981 foi feito o Programa de Desburocratização, em 1988 foi criada a Constituição Federal e em 1995 o Plano Diretor da Reforma de Estado. A partir daí, percebeu-se a necessidade de implementar reformas estruturantes como as que haviam sido realizadas nos países desenvolvidos e começou-se a pensar em normas mais rígidas para controlar o patrimônio público, com a criação da LRF (MACAGNAN et al, 2013).

Paludo salienta que (2012, p. 140) “uma boa governança fortalece a legitimidade do Governo e aumenta sua governabilidade”. Nesse sentido faz-se necessário diferenciar governança de governabilidade. Governança é a capacidade financeira e administrativa do governo, já governabilidade é a capacidade política de governar, resultante da relação de legitimidade do Estado e do seu governo com a sociedade. (PEREIRA, 2010)

Segundo Pereira (2010, p. 143) “diversos elementos da governança corporativa nos setores privado e público são comuns”. Assim, o conflito de agência também ocorre no setor público. No entanto, enquanto na esfera privada o conflito de agência ocorre entre os proprietários e os gestores ou entre o acionista majoritário e os minoritários, no setor

público este conflito pode ocorrer entre o cidadão (principal) e o Estado (agente) (ROSSETTI, 2010).

No caso do setor público, os contribuintes ocupam o lugar dos acionistas e o Estado faz as vezes dos agentes. Os cidadãos são os que canalizam recursos para o Estado - através do pagamento de tributos - para que este possa produzir bens e serviços de interesse público. A expectativa do cidadão é de que o Estado cuide da eficaz alocação dos recursos arrecadados e dê o máximo retorno dos tributos que são pagos, ou seja, fazer mais com menos, pelo bem estar dos cidadãos (HOOD, 1991). Esse retorno é expresso pelos *dividendos sociais* proporcionados por bens e serviços de interesse difuso. Assim, como no setor privado, também podem ocorrer conflitos quando o Estado não aloca os recursos conforme o interesse do cidadão. (ANDRADE e ROSSETI, 2011)

Os interesses do contribuinte segundo Andrade e Rossetti (2011, p.564) incluem “a recepção de serviços de excelência, proporcionados por servidores comprometidos com qualidade e produtividade”. Esses interesses ainda incluem a diminuição da carga tributária e a contraprestação pelos tributos pagos através dos benefícios sociais, eficácia no emprego dos recursos públicos, a corrupção zero e a prestação responsável de contas (ROSSETTI, 2010).

Por outro lado, os gestores públicos desejam elevação dos próprios benefícios, o que implica aumento nos custos do governo e necessidade de uma maior arrecadação de tributos. (ANDRADE e ROSSETTI, 2011). Para Rossetti (2010, p.18) “somam-se a essas pressões os vícios do jogo político partidário, tornando a alocação de recursos muito mais sujeita a atendimento clientelista do que a decisões orientadas por planos estrategicamente consistentes”. Além disso, os agentes públicos tendem a ser menos perfeitos do que os privados, pois os contribuintes estão mais dispersos e há uma dificuldade de um controle presencial e direto por parte destes. Também a tomada de decisão e a escolha da destinação dos recursos é outorgada a representantes (ROSSETTI, 2010).

O IFAC - *International Federation of Accountants* (2001) elaborou um exemplo de estrutura de prestação de contas para o setor público que envolve quatro etapas: de auditoria e relatório do auditor legislativo, ouvido pelo Legislativo, as recomendações do Legislativo para o Executivo, e a resposta do Executivo.

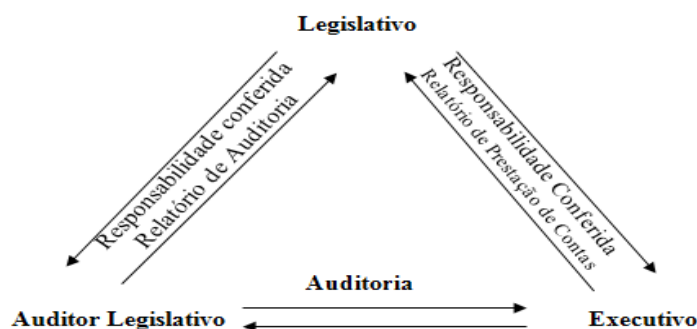


Figura 01: Processo de Prestação de Contas no Setor Público

Fonte: Adaptado de IFAC (2001)

Timmers (2000) trata da governança pública como governança governamental e traz também a supervisão por parte dos *stakeholders* como um elemento da estrutura da governança. Os demais são: administração, controle, e responsabilidade em prestar contas (*accountability*). Todos esses elementos estão inter-relacionados.



Figura nº 2: Elementos da governança governamental

Fonte: Adaptado de Timmers (2000)

Como mostra a figura, é preciso que haja administração que direcione a realização dos objetivos da organização através do desenvolvimento de processos. O segundo elemento é o controle, um sistema de medidas e procedimentos tem de ser implementado e mantido, provendo garantias de que a organização continuará no rumo previsto. Supervisão é o terceiro elemento, pois é necessário verificar a realização dos objetivos da organização para o benefício de todos os interessados. Por fim, a prestação responsável de contas, a organização tem de fornecer informações sobre todas as tarefas executadas e os poderes que lhe foram delegados. Outro aspecto essencial é a inter-relação entre esses elementos, visando a realização dos objetivos políticos e a transparência necessária (TIMMERS, 2000).

Devido aos custos de agência recorrentes que podem ser observados no setor público, desenvolveram-se forças de controle de Estado que são divididas em externas e internas (ANDRADE; ROSSETI, 2011). As externas são o julgamento público, a mobilização coletiva, os grupos de poder e a avaliação de indicadores de desempenho. As internas consistem nas instituições organizacionais, a separação dos poderes, as restrições da lei de responsabilidade fiscal, as corregedorias e tribunais de contas. Para anular ou reduzir essas forças, existem alguns mecanismos, tais como: Cooptação de opositores, para a governabilidade, restrições às liberdades civis e censura aos meios de comunicação, propaganda oficial como um meio de auto promoção, manipulação dos indicadores de desempenho, comprometimento do princípio de separação entre os poderes, dentre outros (ANDRADE; ROSSETTI, 2011).

Outro mecanismo de governança pública é a Constituição Federal brasileira que prevê dois tipos de controle: o externo e o interno. O controle externo é de competência do poder legislativo e é realizado com o auxílio do Tribunal de Contas. Já o controle interno é exercido pelo sistema de controle interno de cada poder. (CGU, 2013)

O controle social é um complemento indispensável ao controle institucional, pois contribui para a correta aplicação dos recursos públicos, uma vez que faz com que as

necessidades da sociedade sejam atendidas de forma eficiente. A participação ativa do cidadão no controle social pressupõe a transparência das ações governamentais. Por isso, é preciso construir uma gestão pública que privilegie a relação governo-sociedade e que seja baseada na troca de informações e na corresponsabilização das ações entre o governo e o cidadão. (CGU, 2013; PNEF, 2009).

Além dos mecanismos, alguns princípios norteiam a governança pública. O IFAC (2001) apresenta três princípios: *Openness* (transparência), *Integrity* (integridade) e *Accountability* (responsabilidade de prestar contas). A integridade compreende procedimentos honestos e perfeitos. É baseada na objetividade, honestidade e elevados padrões de propriedade e probidade na administração dos recursos públicos e na gestão dos negócios da entidade (IFAC, 2001). A *accountability* é a obrigação de responder por uma responsabilidade conferida. IFAC (2001, p.12). *Accountability* pode ser definido como um conjunto de mecanismos e procedimentos que levam os decisores governamentais a prestar contas, responsabilizando-os pelos seus atos e resultados da gestão, decorrentes da utilização dos recursos públicos (PALUDO, 2012; PEREIRA, 2010). Ainda, a prestação de contas públicas deve ser permanente aos cidadãos segundo (PALUDO, 2012; TIMMERS, 2000)

De acordo com Pereira (2010, p. 29) a transparência é o “acesso a todas as informações sobre como o governo ou a organização trabalha. A transparência quer dizer que o governo, a organização funciona de maneira aberta”. A transparência é necessária para garantir que os *stakeholders* tenham confiança nos processos de tomada de decisões e ações de entidades do setor público, na gestão de suas atividades e nos indivíduos dentro deles (IFAC, 2001, p.57). A transparência é um meio pelo qual as organizações públicas podem se legitimar.

3 | TRANSPARÊNCIA NO SETOR PÚBLICO

O art. 37 da Constituição federal (1988) traz como um dos princípios da Administração Pública a publicidade que refere-se à divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na lei. Assim, a administração pública, deve agir com maior transparência possível, para que os administrados saibam o que os administradores estão fazendo. (CASTRO, 2010)

A administração pública, para ser transparente deve funcionar de maneira aberta, sem nada a esconder, baseada em princípios éticos e democracia (CGU, 2013). O ente público tem a obrigação de informar a população, com clareza dos atos administrativos que devem ser resultado da participação popular e das políticas públicas (PNEF, 2009, p. 58). A informação permite o controle sobre a arrecadação e a aplicação dos recursos públicos, o que se caracteriza como a consolidação do exercício de cidadania, ou seja, a transparência fomenta o controle social, constituindo-se como um mecanismo de combate à corrupção e fortalecimento da gestão fiscal (VIEIRA, 2011). Nesse sentido, as Leis de Responsabilidade Fiscal (2000) e de Transparência (2009) contribuíram para uma maior

publicidade e transparência no setor público.

A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF é como um código de conduta para os administradores públicos de todo o país a nível federal, estadual e municipal no âmbito dos três poderes (executivo, legislativo e judiciário) (PNEF). Ela é um dos instrumentos mais fortes de transparência em relação aos gastos públicos, pois estabelece parâmetros a serem seguidos em relação ao gasto público brasileiro (TESOURO NACIONAL).

A LRF foi atualizada em 2009 com a publicação da Lei Complementar nº. 131, conhecida como Lei da Transparência, que veio reforçar a transparência da gestão pública já que determina disponibilização em tempo real de informações detalhadas sobre a execução financeira e orçamentária dos entes federativos (VIEIRA, 2011). As informações que deverão ser prestadas dizem respeito às despesas e às receitas dos entes federativos. Em relação as despesas devem ser informadas todos os atos praticados no decorrer da sua execução, no momento de sua realização, além do procedimento licitatório realizado, quando for o caso. Já nas receitas, devem ser informados o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários (LEI Nº 131/2009).

4 | GOVERNO ELETRÔNICO E PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

O avanço das tecnologias está possibilitando ao governo disponibilizar à comunidade informações eletrônicas permitindo a interação do governo com a sociedade. Essas tecnologias estão facilitando a publicidade e transparência das regras, critérios, decisões e ações governamentais praticamente no momento em que estão acontecendo e já identificam os responsáveis (PALUDO, 2012). Nesse sentido, foi criado o programa Governo Eletrônico em 2000, através do Decreto Presidencial de 3 de abril de 2000 que instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial com objetivo de examinar e propor políticas, diretrizes e normas relacionadas às novas formas eletrônicas de interação (MPOG). De acordo com Pereira (2009, p. 164) “é perceptível que a utilização intensiva de tecnologia da informação e comunicação (TIC), na produção, armazenamento e divulgação de dados surge como um fator relevante no fortalecimento do processo de transparência na administração pública”. As TIC podem ter potencial democrático desde que haja definição política da participação popular e da transparência, pois o governo pode deixar de oferecer o que não quer mostrar, ou o que quer esconder. (PINHO, 2008)

As informações disponibilizadas facilitam e permitem um maior controle social, no que se refere a fiscalização do uso de recursos públicos e combate à corrupção como na redução das distâncias entre o discurso e o desempenho dos governos com as reais necessidades dos cidadãos e da sociedade (PALUDO, 2012; PORTAL DA TRANSPARÊNCIA). Assim, foram criadas as páginas de Transparência Pública, disciplinadas pela Portaria Interministerial nº 140, de 16 de março de 2006 e instituídas pelo Decreto nº 5.482, de 30 de junho de 2005, que determina a divulgação informações por todos os órgãos e entidades

da Administração Pública Federal na internet. Essas páginas apresentam informações sobre execução orçamentária, licitações, contratos, convênios, diárias e passagens que ocorrem. O objetivo é aumentar a transparência da gestão pública, permitindo que o cidadão acompanhe como o dinheiro público está sendo utilizado e ajude a fiscalizar. (CGU, 2013; PORTAL DA TRANSPARÊNCIA).

Para tanto, é necessário um trabalho simultâneo do governo e da sociedade, ou seja, enquanto o governo deve levar a informação à sociedade, esta deve se mostrar interessada e ir atrás da informação (PNEF, 2009).

5 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a classificação da pesquisa utilizou-se a taxionomia de Vergara (2011), que a classifica quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins a pesquisa explorou o tema governança pública e transparência no setor público; descreveu as características da governança pública e das informações que a população gostaria que fossem divulgadas pela prefeitura e, por fim, verificou se as informações divulgadas pela administração pública de um município do interior do estado do Rio Grande do Sul estão de acordo com os interesses da sua população. Quanto aos meios, a pesquisa foi: de campo, pois aplicou formulários aos grupos de interesse do município a fim de conhecer a opinião destes a respeito da divulgação das informações pela administração pública. Investigação documental, pois foram feitas análises das informações que são divulgadas no portal da transparência e no site da prefeitura. Foi também um estudo de caso (YIN, 2011), pois foram analisadas as informações que são divulgadas pela administração pública, bem como o interesse pela evidenciação da população do município.

Para a pesquisa de campo o universo foi a população do município (em torno de 80.000 habitantes) da qual foram selecionados 6 grupos de interesse (professores, universitários, funcionários públicos, agricultores, empresários e jovens entre 16 e 18 anos) para compor a amostra, cada grupo foi composto por 6 pessoas. Para o estudo de caso, o corpo de análise foi a prefeitura municipal de um município do interior do estado do Rio Grande do Sul.

Durante os meses de março, abril e maio de 2014, foram aplicados formulários com os 6 grupos de interesse, que foi respondido individualmente pelos participantes sem interação entre eles. O formulário foi dividido em 11 categorias de indicadores: Econômico/Financeiro, Saúde, Educação, Gastos com Pessoal, Meio Ambiente, Social, Infraestrutura, Segurança, Cultura e esporte, Agricultura e Informações Gerais e cada categoria apresentou indicadores específicos baseados em diversas referências (ARCHEL; FERNÁNDEZ; LARRINAGA, 2008; BUSHMAN; PIETROSKI; SMITH, 2004; GRAY; KOUHY; LAVERS, 1995; HACKSTON; MILNE, 1996; LRF, 2000; LEI DA TRANSPARÊNCIA; MENDES-DASILVA et al, 2009; MICHELON, 2011; PATTEN, 1992).

A importância foi medida de forma objetiva, pois o participante deveria marcar sua

resposta dentro de uma escala Lickert (VIEIRA, 2011). Foi também atribuído um peso para cada resposta, sendo 1 para Totalmente Irrelevante, 2 para Irrelevante, 3 para Indiferente, 4 para Importante e 5 para Plenamente Importante. O máximo de pontos que cada indicador poderia alcançar era 30 pontos, pois se todos os participantes do grupo focal, (seis) respondessem o quesito Plenamente Importante ao qual foi atribuído o peso 5 tem-se a pontuação de 30 (6 x 5).

Esse formulário foi aplicado por meio da técnica de *brainstorming* (GODOI, 2004) e *ideawriting* (MOORE, 1994). Os dados coletados foram tratados de forma quantitativa através de estatística descritiva (YAMAMOTO; AKAMINE, 2009) para avaliar o grau de importância dada pelos grupos focais aos indicadores de transparência elencados. Os dados também foram tratados de forma qualitativa por meio de análise de conteúdo (BARDIN, 1977), quando averiguado se as informações divulgadas pela prefeitura atendem aos interesses dos seus públicos.

6 | RESULTADOS DA PESQUISA

No quadro 1 são demonstrados os indicadores, dentro de cada categoria, e os resultados obtidos pela tabulação das respostas obtidas na aplicação do formulário, sendo as maiores médias atribuídas nas respostas dos agricultores nos quesitos despesas, investimentos, orçamento, gastos com equipamentos médicos, ambulâncias e medicamentos, bem como no que diz respeito a gastos com a educação e com a agricultura e nas respostas dos universitários nos quesitos econômico financeiro, da saúde, dos recursos humanos, infraestrutura, segurança e agricultura. As menores médias foram atribuídas nas respostas dos agricultores, dos funcionários públicos e dos empresários nos quesitos que se referiram à cultura e esporte, e nos quesitos da educação as médias mais baixas foram identificadas nas respostas dos empresários e dos funcionários públicos.

A diferença entre a maior e menor média não foi alta, porém a diferença entre os desvios padrão foi considerável já que o menor é de 2,7 no quesito despesas e o maior desvio padrão foi 12, demonstrando a oscilação na importância do indicador, atribuída pelos respondentes. A realização dessa pesquisa possibilitou encontrar quais informações o cidadão gostaria que fosse divulgada. Os indicadores mais importantes para os jovens foram os relacionados com os investimentos da prefeitura com o meio ambiente e dos valores arrecadados nas inscrições dos concursos públicos. Outros aspectos considerados importantes diziam respeito à segurança, saúde, cultura, meio ambiente e agricultura. Já os menos importantes foram as receitas, divulgação da remuneração dos vereadores e prefeito e o controle e pagamento e benefícios. Os agricultores consideraram como mais importantes os indicadores relacionados à agricultura, saúde, educação e às despesas do município. Os menos relevantes foram os gastos com cultura, esporte e meio ambiente.

Na opinião dos professores, os pontos mais importantes foram os relacionados às demonstrações financeiras, repasses de recursos, investimentos, remuneração por secretaria e projetos sociais. Por sua vez, os menos importantes, diziam respeito ao meio ambiente, esporte, gastos com ambulâncias e educação. O grupo composto por

universitários consideraram diversos índices importantes. Dentre os mais pontuados, destacam-se os investimentos, gastos com educação, saúde, segurança, remuneração dos servidores e projetos da Prefeitura. Já os que pontuaram menos foram os relacionados às informações gerais, despesas com inativos, receitas com tributos, processo seletivo, projetos de incentivo ao esporte e valores arrecadados com concursos públicos.

Em sua opinião, qual a importância de divulgação das informações abaixo pela prefeitura do município de Santo Ângelo? Assinale 1 para Plenamente Importante; 2 para Importante; 3 para Indiferente; 4 para Irrelevante ou 5 para Totalmente Irrelevante.	Jovens		Agricultores		Professores		Universitários		Empresários		Func Públicos	
	Md	D. P	Md	D. P	Md	D. P	Md	D. P	Md	D. P	Md	D. P
Pontos												
Economico/Financeiro												
Demonstrações Financeiras	4,8	4,1	5,6	7,8	5,6	9,8	5,8	9,7	5,2	9,9	5,2	9,9
Receitas com tributos	4,2	2,9	5	7,7	5	5,8	5	5,1	5,2	7,5	5,0	7,6
Outras receitas	4,4	3,4	5,4	6,7	4,8	5,9	5,2	5,7	4,0	3,8	4,4	6,1
Despesas	5,4	7,5	6	12,0	5,0	7,6	5,8	9,7	5,2	9,9	5,4	7,5
Investimentos	5,8	9,7	5,8	9,7	5,0	7,6	6	12,0	4,8	5,9	5,0	7,6
Orçamento	5,2	6,6	6	12,0	5,0	5,5	5,4	6,7	4,6	5,3	5,0	7,6
Repasse e transferências de recursos a outros órgãos	5,2	6,6	5,6	7,8	5,4	6,7	5,6	7,8	4,4	5,5	4,4	6,2
Procedimentos licitatórios e contratos	5	5,1	5,6	7,8	4,8	5,9	5,2	6,6	4,6	7,7	4,4	4,1
Saúde												
Gastos com equipamentos médicos	5,4	7,5	6	12,0	4,6	5,4	5,8	9,7	4,6	5,4	5,2	5,7
Gastos com ambulâncias	5	5,1	6	12,0	4,4	3,9	5,6	7,8	4,8	5,9	5,0	5,5
Gastos com medicamentos	5,6	7,8	5,8	9,7	5,0	5,1	5,8	9,7	4,6	5,4	5,6	9,8
Educação												
Salários dos professores	5	5,1	5,4	6,7	5,0	7,6	5,4	6,7	4,6	4,3	5,2	6,6
Despesas com inativos (Aposentados ou em licença)	4,6	4,5	4,4	3,9	5,0	7,6	4,6	7,8	3,6	2,7	3,8	4,7
Gastos com transporte escolar	4,8	5,3	6,0	12,0	4,4	3,9	5,2	6,6	4,4	3,9	4,0	4,3
Gastos com alimentação nas escolas	4,6	3,8	5,8	9,7	4,8	4,1	5,2	6,6	4,6	3,8	4,4	6,1
Gastos com creches / Educação infantil	5	5,8	6,0	12,0	4,4	3,9	5,6	7,8	4,8	4,1	4,8	5,9
Gastos com Ensino Fundamental	5	5,8	5,6	7,8	4,6	4,5	5,8	9,7	4,2	3,6	4,8	5,2
Gastos com Manutenção	4,8	5,9	5,2	6,6	5,2	5,7	5,4	7,5	4,6	5,3	4,0	4,6
Gastos com ampliações/reformas nas escolas	5,2	5,7	5,6	7,8	4,8	4,1	5,4	7,5	4,8	5,2	3,8	4,7
Gastos com modernização/equipamentos para as escolas	5	5,1	5,6	7,8	4,6	3,8	5,8	9,7	4,0	4,3	4,4	6,2
Gastos com material didático/livros	5	5,8	5,2	5,7	4,8	4,1	5,6	7,8	4,8	5,2	4,2	6,0
Recursos Humanos												
Divulgação de remuneração de servidores	4,6	4,5	4,6	5,4	5,2	5,7	5,4	7,5	5,0	7,6	5,0	5,1
Remuneração por secretaria	4,6	4,5	4,8	5,9	5,4	7,5	5,4	6,7	5,2	7,8	5,0	7,7
Divulgação de remuneração do cargos de confiança	4,2	2,9	5,2	7,5	4,8	7,7	5,8	9,7	5,2	5,7	5,4	6,7
Divulgação de remuneração dos veredores	4,4	6,2	5,0	7,6	4,6	5,4	5,8	9,7	5,6	9,8	5,4	6,7
Divulgação de remuneração do prefeito	4,4	6,2	5,0	7,6	4,6	5,4	5,8	9,7	5,8	9,7	5,4	6,7
Número de colaboradores por secretaria	4,6	4,3	4,2	5,6	4,8	4,1	5,2	6,6	5,2	5,7	4,8	5,9
Processo seletivo	5,6	7,8	5,4	6,7	5,0	5,8	5	7,7	5,4	7,5	4,8	5,2
Meio Ambiente												
Gastos com reflorestamento	5	5,1	3,8	3,4	4,4	4,1	5,4	7,5	4,2	4,3	5,6	7,8
Gastos com fiscalização ambiental	5,2	6,6	4,0	4,2	4,6	4,5	5,2	5,7	4,4	5,5	5,0	7,7
Prevenção e reparo de danos ambientais	5	5,1	5,2	5,7	4,8	5,9	5,6	7,8	5,2	5,7	4,8	4,1
Políticas ambientais	4,6	4,5	4,4	3,8	4,4	4,1	5,2	6,6	4,6	5,3	4,4	4,1
Projetos Ambientais	5,4	7,5	4,8	7,7	4,2	7,9	5,2	6,6	5,4	7,5	4,6	6,0
Controle de poluição	5,6	7,8	5,6	7,8	4,6	5,3	5,6	7,8	5,4	9,8	5,0	5,8
Resíduos / Descartes	4,6	6,0	4,4	3,9	4,0	3,0	5,6	7,8	5,4	9,8	4,4	4,1
Investimentos ambientais	5,6	7,8	5,2	5,7	4,4	3,9	5,2	5,7	4,6	7,7	5,2	5,7
Social												
Projetos Sociais	4,8	4,1	5,6	9,8	5,4	7,5	5,8	9,7	5,2	5,7	5,2	5,7
Gastos com assistência social	5	5,1	4,8	7,7	5,0	5,8	5,4	6,7	5,2	7,8	5,0	5,1
Benefícios e programas sociais	5,2	5,7	4,8	5,2	5,2	5,7	5,6	7,8	5,4	6,7	6,8	7,2
Controle e pagamento dos benefícios	4,4	3,8	5,6	7,8	5,0	5,1	5,4	6,7	5,0	7,6	5,4	7,5
Infraestrutura												
Investimentos nas ruas da cidade	5,4	6,7	5,4	7,5	5,2	9,9	5,8	9,7	5,0	7,6	5,4	7,5
Descrição dos principais programas, ações, projetos e obras	4,8	4,1	5,2	5,7	5,2	5,7	5,8	9,7	5,2	7,5	5,4	6,7
Gastos com Acessibilidade	4,6	4,5	5,2	6,6	5,2	5,7	5,8	9,7	4,4	5,5	5,2	5,7
Projetos de Habitação	4,8	5,9	5,8	9,7	5,2	5,7	5,8	9,7	5,0	5,5	5,2	5,7
Segurança												
Projetos de segurança para a cidade	5,6	7,8	5,6	7,8	5,2	9,9	5,8	9,7	5,2	9,9	5,2	7,5
Gastos com segurança	5,4	6,7	5,8	9,7	5,2	5,7	5,8	9,7	4,6	7,7	5,0	5,8
Cultura e esporte												
Gastos com a cultura	5,6	7,8	4,0	4,2	4,6	5,4	5,2	6,6	4,2	4,3	4,8	4,1
Projetos de incentivo à cultura	4,8	5,9	4,0	5,6	4,8	4,1	5,2	6,6	4,2	4,3	4,6	4,5
Gastos com projetos de incentivo a cultura	4,6	4,5	4,0	4,2	5,0	5,1	5,2	6,6	5,0	5,5	4,6	4,5
Projetos de incentivo ao esporte	5,4	7,5	4,0	4,2	4,4	3,9	5	7,7	5,0	5,5	3,8	3,9
Gastos com projetos de incentivo ao esporte	5,2	5,7	4,0	4,2	5,0	5,1	5,4	7,5	4,2	3,6	4,6	6,0
Agricultura												
Investimentos na agricultura	5,2	5,7	6,0	12,0	5,0	5,5	5,8	9,7	5,0	7,6	5,2	7,5
Projetos Agrícolas	5,4	6,7	6,0	12,0	5,0	5,5	5,8	9,7	4,0	4,2	4,8	5,2
Gastos com projetos agrícolas	5	7,7	6,0	12,0	5,0	5,5	5,4	6,7	5,0	5,8	4,8	5,2
Projetos de incentivo à agricultura familiar	5,6	9,8	6,0	12,0	5,0	5,5	4,8	7,8	5,2	9,9	5,0	5,8
Informações Gerais												
Secretarias e secretários do município	5	7,7	5,2	5,7	5,0	5,5	4,8	5,9	5,0	7,6	5,0	5,8
Contador Municipal	4,8	5,9	5,2	7,8	4,6	4,3	4,8	4,1	5,2	7,5	5,0	5,1
Tribunal de contas do Município	5	5,5	5,0	5,1	4,8	5,3	4,8	5,9	4,6	7,7	5,2	5,7
Valor arrecadado com inscrições de concursos públicos municipais	4,8	4,1	5,6	9,8	5,0	5,1	5	5,1	4,6	5,4	4,6	5,3
Investimentos desses valores	6	12,0										
Resultados de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle, Competências, estrutura organizacional, autoridades, endereços e telefones do órgão ou entidade.	5,4	7,5	5,0	5,5	5,0	5,8	4,8	4,1	5,2	7,5	5,4	7,5
Outras Informações. Quais?												

Quadro 1: Média e Desvio Padrão das Respostas dos Participantes

O grupo formado pelos empresários destacou os projetos ambientais, resíduos/descartes, controle de poluição, a remuneração do prefeito e vereadores, investimentos dos valores dos concursos públicos e benefícios e programas sociais. Entre os menos importantes estão despesas com inativos, outras receitas, gastos com modernização nas escolas, gastos com reflorestamento e indicadores relacionados à cultura e ao esporte.

Por fim, os funcionários públicos consideraram mais relevantes indicadores variados, como as despesas da Prefeitura, gastos com medicamentos e reflorestamento, controle e pagamento dos benefícios, investimentos nas ruas da cidade, resultados de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle, descrição dos principais programas, ações, projetos e obras e da remuneração dos cargos de confiança, dos vereadores e do prefeito. Por sua vez, os que obtiveram uma menor pontuação foram os relacionados à educação (gastos com ampliações/reformas nas escolas, transporte escolar e material didático/livros), projetos de incentivo ao esporte e despesas com inativos.

No quadro 2 encontram-se os principais indicadores considerados mais e menos relevantes de forma geral:

CIDADÃOS			
Indicadores mais importantes	Pontos	Indicadores menos importantes	Pontos
Despesas	27,33	Despesas com inativos (Aposentados ou em licença)	21,67
Investimentos dos valores arrecadados com inscrições de concursos públicos municipais	27,67	Políticas ambientais	23
Projetos de segurança para a cidade	27,17	Projetos de incentivo a cultura	23
Investimentos	27	Projetos de incentivo ao esporte	23
Gastos com medicamentos	27	Outras receitas	23,5

Quadro 2: Importância dos indicadores para os cidadãos

Com relação às informações que os cidadãos desejam ver divulgadas, as principais dizem respeito aos aspectos econômicos/financeiros, saúde e segurança. Já os menos valorizados dizem respeito ao meio ambiente e cultura.

7 | EVIDENCIAÇÃO NO SITE DA PREFEITURA E NOS JORNAIS DA CIDADE

Após encontrar quais os indicadores os cidadãos julgam mais importante para a divulgação da prefeitura, fez-se necessário buscar o que é divulgado pela prefeitura. Para isso, foram utilizados como fonte de pesquisa os jornais do município, o site oficial da prefeitura e o Portal da Transparência. Os jornais foram analisados durante o mês de abril de 2014 e foram consideradas apenas as informações oficiais divulgadas pela prefeitura. Grande parte das informações divulgadas diziam respeito à editais e resultados de licitações, publicação e alterações de leis.

No site da prefeitura, por sua vez, contém um amplo número de informações. Grande parte das informações são divulgadas em forma de notícia sobre eventos do município, obras, melhorias na infraestrutura da cidade, programações especiais, meio ambiente, habitação. Essas informações vão ao encontro ao que os participantes da pesquisa queriam ver divulgadas, porém não se encontram em números – forma quantitativa, de forma aprofundada, apenas de forma qualitativa.

Por fim, no Portal de Transparência são discriminadas cada receita e despesa da Prefeitura, pode-se analisar as despesas e receitas separadas por órgão, função, programa, fornecedor, recurso vinculado, unidade orçamentária, por elemento da despesa ou então todas as despesas ou receitas juntas. Estes itens estão dentro dos quesitos considerados importantes pelo cidadão, porém grande parte dos links disponíveis que detalham as informações não consta nenhuma informação divulgada.

Para melhor visualizar quais os indicadores evidenciados, elaborou-se o quadro 3 e atribuiu-se peso 1 para a evidenciação e 0 para a não evidenciação do item.

Em sua opinião, qual a importância de divulgação das informações abaixo pela prefeitura do município de Santo Ângelo?	Jornais	Site da Prefeitura	Portal da Transparência	Total
Economico/Financeiro				
Demonstrações Financeiras	0	1	1	1
Receitas com tributos	0	0	1	1
Outras receitas	0	0	1	1
Despesas	0	0	1	1
Investimentos	0	1	1	1
Orçamento	0	0	1	1
Repasses e transferências de recursos a outros órgãos	1	0	1	1
Procedimentos licitatórios e contratos	1	1	0	1
Saúde				
Gastos com equipamentos médicos	0	0	1	1
Gastos com ambulâncias	0	0	1	1
Gastos com medicamentos	0	0	1	1
Educação				
Salários dos professores	0	0	1	1
Despesas com inativos (Aposentados ou em licença)	0	0	1	1
Gastos com transporte escolar	0	0	1	1
Gastos com alimentação nas escolas	0	0	1	1
Gastos com creches / Educação infantil	0	0	1	1
Gastos com Ensino Fundamental	0	0	1	1
Gastos com Manutenção	0	0	1	1
Gastos com ampliações/reformas nas escolas	0	0	1	1
Gastos com modernização/equipamentos para as escolas	0	0	1	1
Gastos com material didático/livros	0	0	1	1
Recursos Humanos				
Divulgação de remuneração de servidores	0	0	1	1
Remuneração por secretaria	0	0	0	0
Divulgação de remuneração do cargos de confiança	0	0	1	1
Divulgação de remuneração dos vereadores	0	0	1	1
Divulgação de remuneração do prefeito	0	0	1	1
Número de colaboradores por secretaria	0	0	0	0
Processo seletivo	0	1	0	1
Meio Ambiente				
Gastos com reflorestamento	0	0	1	1
Gastos com fiscalização ambiental	0	0	1	1
Prevenção e reparo de danos ambientais	0	0	0	0
Políticas ambientais	0	0	0	0
Projetos Ambientais	0	0	0	0
Controle de poluição	0	0	0	0
Resíduos / Descartes	0	0	0	0
Investimentos ambientais	0	0	1	1
Social				
Projetos Sociais	0	0	0	0
Gastos com assistência social	0	0	1	1
Benefícios e programas sociais	0	0	0	0
Controle e pagamento dos benefícios	0	0	1	1
Infraestrutura				
Investimentos nas ruas da cidade	0	1	1	1
Descrição dos principais programas, ações, projetos e obras	0	0	0	0
Gastos com Acessibilidade	0	0	0	0
Projetos de Habitação	0	1	0	1
Segurança				
Projetos de segurança para a cidade	0	0	0	0
Gastos com segurança	0	0	1	1
Cultura e esporte				
Gastos com a cultura	0	0	1	1
Projetos de incentivo à cultura	0	0	0	0
Gastos com projetos de incentivo a cultura	0	0	1	1
Projetos de incentivo ao esporte	0	0	0	0
Gastos com projetos de incentivo ao esporte	0	0	1	1
Agricultura				
Investimentos na agricultura	0	0	0	1
Projetos Agrícolas	0	0	0	0
Gastos com projetos agrícolas	0	0	1	1
Projetos de incentivo à agricultura familiar	0	0	0	0
Informações Gerais				
Secretarias e secretários do município	0	1	0	1
Contador Municipal	0	0	0	0
Tribunal de contas do Município	0	0	0	0
Valor arrecadado com inscrições de concursos públicos municipais	0	0	0	0
Investimentos desses valores	0	0	0	0
Resultados de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle	0	0	0	0
Competências, estrutura organizacional, autoridades, endereços e telefones do órgão ou entidade.	1	1	0	1
Outras Informações. Quais?				
Notícias		1	0	1
Leis e decretos	1	1	1	1
Ouidoria		1	0	1

Quadro 3: Informações divulgadas pela Prefeitura

A maior parte das informações contidas no questionário é divulgada pela prefeitura nos jornais da cidade, no site da própria prefeitura ou então no Portal da Transparência. Nota-se, no entanto, que não são divulgadas de forma clara. Por exemplo, uma das

informações mais interessantes para os universitários, referente aos investimentos feitos no município, pode-se visualizar no site da prefeitura em forma de notícia e no site do Portal da transparência de forma geral. Não se encontra essa informação completa do início ao fim, de forma organizada e clara para informar o cidadão. Em outros casos apesar de encontrar as informações divulgadas em algum meio de comunicação, há problemas na maneira como essas são divulgadas, pois tem alguns termos técnicos da Contabilidade Pública que pessoas leigas no assunto não teriam condições de entender.

Para avaliar o nível de transparência da Prefeitura em relação ao que os cidadãos gostariam que fosse divulgado, fez-se um cálculo com a média da importância dada aos indicadores pelos cidadão multiplicada pela divulgação (1) ou não (0) desses indicadores. A pontuação máxima que a prefeitura poderia atingir, considerando a importância dada para cada indicador era de 1540,67 pontos. A pontuação a que a prefeitura chegou foi de 1008,67, ou seja, 65,47%. Assim a prefeitura corresponde a 65,47% do que esperam os cidadãos santo-angelenses. Salienta-se que a partir das expectativas dos públicos de interesse a prefeitura deixa de atender aos seguintes critérios que quando avaliados por eles obtiveram notas:

Tópicos não divulgados pela prefeitura	Pontuação obtida
Remuneração por secretaria	25,33
Número e colaboradores por secretaria	24
Prevenção e reparo de danos ambientais	25,5
Políticas ambientais	23
Projetos ambientais	24,67
Controle de poluição	26,5
Resíduos descartes	23,67
Projetos sociais	26,67
Benefícios e programas sociais	27,5
Descrição dos principais programas, ações, projetos e obras	26,33
Gastos com acessibilidade	25,33
Projetos de segurança para a cidade	27,17
Projetos de incentivo à cultura	23,67
Projetos de incentivo ao esporte	23
Projetos agrícolas	25,83
Projetos de incentivo à agricultura familiar	26,33
Contador municipal	24,67
Tribunal de contas do Município	24,5
Valor arrecadado com inscrições de concursos públicos municipais	24,67
Investimentos desses valores	27,67
Resultados de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle.	25,67

Quadro 4: Indicadores não divulgados pela Prefeitura

Grande parte dos critérios não divulgados obtiveram uma pontuação alta, incluindo o segundo indicador mais bem conceituado pelos participantes da pesquisa que era o investimento dos valores arrecadados nos concursos públicos. Desse modo a falta de divulgação desses indicadores traz um impacto na transparência da Prefeitura. A expectativa do cidadão é de que o Estado cuide da alocação dos recursos arrecadados e dê o máximo retorno dos tributos que são pagos por eles. Esse retorno é expresso pelos *dividendos sociais* proporcionados por bens e serviços de interesse difuso. (ANDRADE; ROSSETI, 2011) Desse modo a Prefeitura precisa ajustar as informações que seus cidadãos desejam ver divulgadas.

Ainda para diminuir os conflitos de agência que podem decorrer da divergência de interesses entre agente (prefeitura) e principal (população) (JENSEN; MECKLING 1976) se faz necessário a divulgação dessas informações. Esses conflitos podem acontecer quando o agente toma decisões que divergem do interesse do principal, e a divulgação das informações ao cidadão é uma forma destes acompanharem as decisões de onde os recursos serão aplicados (HITT; IRELAND; HOSKISSON, 2009).

Os critérios mais bem pontuados pelos participantes da pesquisa foram despesas, investimentos dos valores arrecadados com inscrições de concursos públicos municipais, projetos de segurança para a cidade e investimentos. Desses cinco indicadores que foram mais bem pontuados a prefeitura deixou de divulgar dois: investimentos dos valores arrecadados com inscrições de concursos públicos municipais e projetos de segurança para a cidade. Também a pontuação atribuída a prefeitura levando em consideração a importância dada para cada indicador pelo cidadão foi de 1008,67 pontos dentro dos 1540,67 possíveis, ou seja, 65,47%. Pode-se dizer que a prefeitura corresponde a 65,47% das expectativas dos seus cidadãos.

Dos 71 indicadores que constavam no questionário, 21 não são divulgados pela Prefeitura nos meios pesquisados, ou seja, 29,6%. Apesar de representarem um grupo pequeno, esses itens obtiveram uma pontuação alta, incluindo o segundo indicador mais bem conceituado pelos participantes, o que acabou impactando no percentual de transparência alcançado.

Assim, a Prefeitura ainda precisa melhorar a divulgação das informações para atender ao cidadão e para ser legitimada perante a sociedade, conforme a teoria da legitimidade no qual a empresa deve agir de acordo com as normas, crenças e valores dos cidadãos (SHOCKER; SETHI, 1973).

8 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre Governança Pública ao qual se enfatizou a transparência no setor público teve como finalidade conhecer quais são as informações relacionadas com a administração pública que a população do município de Santo Ângelo quer que sejam

publicadas e se as informações que são publicadas atualmente são as do interesse da comunidade Santo-angelense. Para o desenvolvimento do trabalho fizemos pesquisa sobre o tema, posteriormente desenvolveu-se um questionário o qual aplicamos em seis grupos focais.

Os objetivos do trabalho foram alcançados, pois o estudo da legislação foi realizado, os questionários foram aplicados nos grupos focais conforme o previsto, foram analisadas as principais fontes de divulgação de informações da Prefeitura e comparados com as informações que a população gostaria que fosse divulgada.

Atribuiu-se uma pontuação para a Prefeitura considerando a importância dada para cada indicador pelos cidadãos. A pontuação máxima que ela poderia atingir era de 1540,67 pontos. A pontuação a que chegou foi de 1008,67, ou seja, 65,47%. Desse modo a Prefeitura não atende a totalidade das expectativas de seus cidadãos. Além disso, mesmo algumas informações divulgadas não estão disponíveis de forma organizada e clara para uma melhor avaliação da população. Desse modo, acredita-se que apesar do bom resultado obtido a Prefeitura ainda tem muito a melhorar no aspecto da transparência.

Para finalizar, esse trabalho contribui para um maior conhecimento do tema Governança Pública e também para possível ajuste da administração municipal quanto às informações que serão publicadas e a maneira como elas serão publicadas de acordo com as expectativas do cidadão.

Para um próximo estudo sugere-se expandir a pesquisa aos municípios da região das Missões a fim de comparar a transparência do município de Santo Ângelo com as demais cidades da região a fim de que se possa efetuar uma análise mais aprofundada quanto a pontuação alcançada, quais as cidades que são mais transparentes, o que os cidadãos de cada cidade consideram importantes, entre outros. Também seria interessante aumentar a quantidade de pessoas pesquisadas e incluir novos grupos focais para verificar se os resultados seriam ainda os mesmos. Ainda, seria interessante pesquisar quais os meios de comunicação que a população mais tem acesso, e qual o melhor meio de divulgação dessas informações. Afinal, não adianta essas informações serem divulgadas se estas não chegam até o cidadão.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, A; ROSSETTI, J. P. **Governança Corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ARCHEL, P.; FERNÁNDEZ, M.; LARRINAGA, C. The organizational and operational boundaries or Triple Bottom Line Reporting: A survey. *Environmental Management*, 106-117, 2008.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Controladoria Geral da União. **Manual da Lei de Acesso à Informação para Estados e Municípios.** 1 ed. Brasília, 2013.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.** Estabelece normas de finanças

públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 18 set. 2013.

BRASIL. **Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009**. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Brasília, 2009. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm > Acesso em: 18 set. 2013.

BRASIL. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Brasília, 1976. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm. Acesso em: 27 set. 2013.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG. **Governo Eletrônico**. Disponível em: <<http://www.governoeletronico.gov.br>> Acesso em: 28 set. 2013.

BRASIL. Programa Nacional de Educação Fiscal -PNEF. **Gestão Democrática dos Recursos Públicos**. Caderno 4. 4 ed. Brasília: ESAF, 2009.

BUSHMAN, R.; PIOTROSKI, J.; SMITH, A. (2004). What Determines Corporate Transparency? *Journal of Accounting Research*, 209-252

CASTRO, Domingos Poubel de. **Auditoria, Contabilidade e Controle Interno no Setor Público**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

DIAS FILHO, J. M.; Políticas de evidenciação contábil: Um estudo do poder preditivo e explicativo da teoria da legitimidade. In: XXXI EnANPAD, 2007, Rio de Janeiro-RJ. Anais do XXXI EnANPAD. Rio de Janeiro: EnANPAD, 2007. CD-ROM.

GRAY, R.; KOUHY, R.; LAVERS, S. (1995). Methodological themes: Constructing a research database of social and environmental reporting by UK companies. *Accounting, Auditing & Accountability*, 78-101

HACKSTON, D.; MILNE, M. J. Some determinants of social and environmental disclosures in New Zealand companies. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 77-108, 1996.

HITT, M. A.; IRELAND, R. D; HOSKISSON, R E. **Strategic management: Competitiveness and globalization – concepts and cases**. 8 ed. Ohio: Soutj-Western College, 2009.

HOOD, C. **A Public Management for all Seasons?**. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-9299.1991.tb00779.x/abstract>>. Acesso em: 14 out. 2013

INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS. **Study 13 - Governance in the Public Sector: A Governing Body Perspective**. Disponível em: <<http://www.ifac.org/sites/default/files/publications/files/study-13-governance-in-th.pdf>> Acesso em: 20 set. 2013

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=431750&search=rio-grande-do-sul|santo-%C3%82ngelo>> Acesso em: 16 ago. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Governança Corporativa**. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/Secao.aspx?CodSecao=17>>. Acesso em: 6 set. 2013.

_____. **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa**. Disponível em: <

<http://www.ibgc.org.br/CodigoMelhoresPraticas.aspx>> Acesso em: 10 set. 2013.

IBPT – INSTITUTO BRASILEIRO DE PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO. **Brasil tem a 12ª maior carga tributária do mundo e o pior retorno à população.** Disponível em: <<https://www.ibpt.org.br/noticia/1249/Brasil-tem-a-12a-maior-carga-tributaria-do-mundo-e-o-pior-retorno-a-populacao>> Acesso em: 27 set. 2013

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. **Theory of the Firm: Managerial Behavior, Agency Costs and Ownership Structure.** *Journal of Financial Economic*, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976.

MACAGNAN, C. B.; QUINTANA, A. C.; JACQUES, F. V. **Transparência instrumento para a governança pública no Brasil.** Porto Alegre: Entre Meios, 2013.

MENDES-DA-SILVA, W., FERRAZ-ANDRADE, J. M., FAMÁ, R., MALUF FILHO, J. A. Disclosure via website corporativo: Um Exame de informações financeiras e de governança no mercado brasileiro. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, 190-205, 2009.

MICHELON, G. (2011). Sustainability disclosure and reputation: A comparative study. *Corporate Reputation Review*, v. 14, n. 2, p. 79-96, 2011.

MOORE, C. M. *Group Techniques for idea building.* London: Sage Publications Ltd., 1994.

OLIVEIRA, A. S. P. Responsabilidade e Cidadania. In: Anuário publicista da Escola de Direito da Universidade do Minho. Braga: Departamento de Ciências Jurídicas Públicas, 2012. Disponível em: http://issuu.com/eduminho/docs/final_responsabilidade_e_cidadania?e=7127239/1350546 Acesso em: 11 ago. 2016.

OSBORNE, S. P. **The New Public Governance?** Disponível em: <<http://spp.xmu.edu.cn/wp-content/uploads/2012/12/the-New-Public-Governance.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2013

PATTEN, D. M. Intra-industry environmental disclosure in response to the Alaskan oil spill: A note on Legitimacy Theory. *Accounting, Organizations and Society*, v. 17, n. 5, 471-475, 1992.

PEREIRA, J. M. A Governança Corporativa Aplicada no Setor Público Brasileiro. Disponível em: <<http://www.apgs.ufv.br/index.php/apgs/article/view/21>>. Acesso em: 21 set. 2013.

PALUDO, A. V. **Administração Pública: teoria e questões.** 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PINHO, J. A. G. **Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia.** *Revista de Administração Pública*. Tio de Janeiro 42(3):471-93, maio/Jun. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n3/a03v42n3.pdf>> Acesso em: 27 set. 2013.

PORTAL TRANSPARÊNCIA BRASIL. *Transparência Brasil.* Disponível em: <<http://www.transparencia.org.br/>> Acesso em: 8 de agosto 2013.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal Regional Eleitoral. **Eleitorado Apto.** Disponível em: <http://www.tre-rs.jus.br/apps/estatisticas/index.php?acao=busca_dados&tipo=1&formato_apresentacao=0&critério_ordenacao=1&tipo_ordenacao=1&minimo_eleitores=&maximo_eleitores=&x=41&y=9> Acesso em: 16 ago. 2013.

ROSSETTI, J. P. **Governança Corporativa na Gestão Pública: uma transposição possível – e urgente.** 2010. Disponível em: <<http://www.fundacaomariocovas.org.br/wp-content/uploads/2013/03/inova.gov-1.pdf>> Acesso em: 26 set. 2013

SHOCKER, A. D.; SETHI, S. P. An Approach to Incorporating Societal Preferences in Developing Corporate Action Strategies. *California Management Review*, v 15, n. 4, p.97-105, 1973.

SUCHMAN, M. C. Managing Legitimacy: Strategic and Institutional Approaches. **The Academy of Management Review**, v. 20, n. 3, p.571-610, 1995.

TIMMERS, H.. **Government Governance**: corporate governance in the public sector, why and how? The Netherlands Ministry of Finance. 2000 Disponível em: < http://www.ecgi.org/codes/code.php?code_id=84> Acesso em: 18 set. 2013

VERGARA, S. C.. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2011.

VIEIRA, L. E. P. O. **Transparência e Controle da Gestão Fiscal**: A Lei Complementar N° 131/09 e Sua Regulamentação. Disponível em: <<http://www.cpgls.ucg.br/6mostra/artigos/SOCIAIS%20APLICADAS/LUIS%20EDUARDO%20PIRES%20DE%20LIVEIRA%20VIEIRA.PDF>> Acesso em: 23 set. 2013.

VIEIRA, V. A.. **Escalas em Marketing**. São Paulo: Atlas, 2011.

YAMAMOTO, R., & AKAMINE, C. **Estudo dirigido de estatística descritiva**. São Paulo: Érica, 2009.

YIN, R. **Estudo de caso**. São Paulo: Atlas, 2011.

SOBRE OS AUTORES

Alexandra da Silva Vieira Professora da Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Pós-Graduação em Auditoria e Perícia Contábil pela Faculdade Maurício de Nassau; Pós-Graduação em Auditoria Contábil Fiscal pela Faculdade de Maceió (FAMA); Pós-Graduação em Direito e Processo Tributário pela Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação (ESAMC); Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); E-mail para contato: vieiraalexandr@gmail.com.

Alexia Mafalda Ramos Martins Graduanda em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL);

Ana Cristina de Oliveira Lott Professora e coordenadora adjunta do curso de Administração da Associação Carioca de Ensino Superior (UNICARIOCA); Graduação em Administração de Empresas pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE); Graduação Tecnológica em Gestão de Eventos pelo Instituto Federal do Paraná (IFPR); MBA em Elaboração, Avaliação e Gerenciamento de Projetos pelo Centro Universitário Dinâmica das Cataratas (UDC); Mestrado Acadêmico em Administração pela Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO); Grupo de pesquisa: Laboratório de aprendizagem, docência e gestão universitária; Grupo de pesquisa: Processo de difusão de inovação nos ambientes das escolas de ensino superior brasileiras; E-mail para contato: anacristinalott@hotmail.com

Andréa Paula Osório Duque Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Graduação em Administração de Empresas pela Universidade Estácio de Sá ; Graduação em Engenharia Florestal pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Mestrado em Ciência da Informação pela Universidade Universidade Federal do Rio de Janeiro; Doutorado em Ciência da Informação pela Universidade Universidade Federal do Rio de Janeiro ;

Aucione Aparecida Barros Guimarães Professor da Rede de Ensino Doctum; E-mail para contato: aucioneguimaraes@hotmail.com

Audrey Regina Leite Esperidião Torres Bacharel em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba (2004). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional da Universidade Estadual da Paraíba- PGPCI/UFPB. Especialista em Direito Processual Penal. Atuou como advogada na área cível, durante o período de 02 (dois) anos. Atualmente, é analista jurídica ministerial do Ministério Público da Paraíba, ocupando desde de setembro de 2013, o cargo de Chefe de Departamento de Processos e Pareceres. Possui experiência na área jurídica, com ênfase em Direito Administrativo e Direito Processual. São temas de estudo do seu interesse: Gestão governamental e ferramentas de governo eletrônico; as instituições públicas e a análise da transparência; a análise de técnicas de gestão pública e seus métodos inovadores na prestação dos serviços públicos

Berenice Beatriz Rossner Wbatuba Professora da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- URI; Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional na UNISC; e-mail: bwbatuba@santoangelo.uri.br

Caio Peixoto Chain Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Rural do Rio de

Janeiro; Mestrado e Doutorado em Administração pela Universidade Federal de Lavras; caiochain@hotmail.com

Carlos Augusto Da Silva Neto Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Rio de Janeiro 2015; Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Doutorando em Ciências Contábeis pela Universidade de Aveiro - Portugal; E-mail para contato: carlosaugusto0608@gmail.com

Carlos Vicente Berner Professor da Universidade Federal do Tocantins – UFT; Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Unicesumar; Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade FECAP; Doutorando em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília – UnB; E-mail para contato: carlosvberner@hotmail.com

César Augusto Tibúrcio Silva Possui graduação em Administração pela Universidade de Brasília (1983) e em contabilidade pela Unieuro (2006). É mestre em Administração pela Universidade de Brasília (1988) e doutor em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (1996). Professor titular da Universidade de Brasília, atuando no mestrado e doutorado de Contabilidade (PPGCONT), sendo seu coordenador. Foi diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação (FACE) da UnB. Foi decano de Planejamento e Orçamento da Universidade de Brasília entre 2014 e 2016. Possui livros, artigos e trabalhos em congressos nos seguintes temas: mensuração contábil, finanças de empresas, demonstrações contábeis, avaliação de empresas e custos no setor público.

Cleysson Ricardo Jordão Braga Dias Professor da Faculdade do Belo Jardim; Graduação em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco/Campus do Agreste; Mestrando em Administração e Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (PADR/UFRPE) [*Previsão de término para julho de 2018*]; E-mail para contato: cleyssonricardo@hotmail.com.

Deigla Kreuzberg Mestranda do Programa Pós Graduação Gestão Estratégica das Organizações na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- URI. e-mail: deiglakreuz@yahoo.com.br

Evellyn Danielly Zabotti Mestre pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Contabilidade pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Possui MBA em Recursos Humanos pela União Educacional de Cascavel - UNIVEL e graduação em Ciências Contábeis pela UNIOESTE (2010). Atualmente é gerente administrativa financeira da COOPERATIVA DE CRÉDITO DE CASCAVEL E REGIÃO - SICOOB e Consultora em Gestão Empresarial.

Fábio de Oliveira Paula Doutor em administração pelo IAG PUC-Rio. Professor auxiliar do IAG – PUC Rio

Fernando José Vieira Torres Professor da Universidade Federal da Paraíba, Mestre em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco, membro do Grupo de Estudos em Finanças e Contabilidade (GEFIC - UFS), possui Especialização em Finanças Corporativas (2005/2006) e Graduação em Administração pela Universidade Católica de Pernambuco (2004). Autor de vários artigos acadêmicos, pesquisador premiado nacionalmente (IBGC - 2008).

Flávia Gregório Lindgren Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Rio de Janeiro 2015; Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro;

Guilherme Teixeira Portugal Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Graduação em Administração de Empresas pela Universidade Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio; Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade Universidade Federal do Rio de Janeiro; Doutorado em Engenharia pela Universidade Universidade Federal do Rio de Janeiro;

Idalberto José das Neves Júnior Professor do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Católica de Brasília (UCB); Graduações em Ciências Contábeis e Tecnologia em Processamento de Dados pela Associação Cultural e Educacional de Barretos (ACEB); Especialista em Aprendizagem Cooperativa e Tecnologia Educacional pela Universidade Católica de Brasília (UCB); Especialista em Didática e Metodologia pela Associação Cultural e Educacional de Barretos (ACEB); Especialista em Análise de Sistemas pela Associação Cultural e Educacional de Barretos (ACEB); Especialista em Administração Contábil e Financeira pela Associação Cultural e Educacional de Barretos (ACEB); Mestrado em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação pela Universidade Católica de Brasília (UCB); Doutorando em Educação pela Universidade Católica de Brasília (UCB); Membro dos Grupos de Pesquisas “Comunidade Escolar: Encontros e Diálogos Educativos (CEEDE)” e “A contribuição do pensamento ecossistêmico no exercício da docência na educação superior”; Coordenador do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Católica de Brasília (UCB); Gerente de Divisão da Diretoria de Controladoria do Banco do Brasil; E-mail: jneves@ucb.br.

Ilka Gislayne de Melo Souza Doutoranda em Ciências Contábeis pela UNB. Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco (2012). Pós graduada em PLanejamento Tributário (2011) pela mesma instituição. Possui graduação em CIÊNCIAS CONTÁBEIS pela Faculdade do Vale do Ipojuca (2009). E funcionária pública da Prefeitura Municipal de Belo Jardim. Atualmente é professora da Faculdade do Vale do Ipojuca (FAVIP DEVRY) e Faculdade de Ciências e Letras de Caruaru (FAFICA). Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Ciências Contábeis

Jacqueline Veneroso Alves da Cunha Professora Adjunta da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade do Departamento de Ciências Contábeis da UFMG; Graduação em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Newton Paiva; Mestrado em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo – USP; Doutorado em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo – USP; Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2

Jailza Mendes Da Costa Possui graduação em Gestão Pública pela Universidade Federal da Paraíba(2014)

Jéssica Santos de Paula Graduação em Ciências Atuariais e em Estatística pela Universidade Federal de Minas Gerais; Mestranda em Administração – Linha Finanças pela Universidade Federal de Minas Gerais; santosdepaula.jessica@gmail.com

João Paulo Calembó Batista Menezes Professor do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri; Graduação em Ciências Contábeis e Administração pela PUC Minas; Especialista em Finanças – IBMEC (MG); Mestre em contabilidade, fiscalidade e finanças – ISEG (Ulisboa); Doutorando em Administração – Linha Finanças pela Universidade Federal de Minas Gerais; joao.calembob@ufvjm.edu.br

Jonathas Coelho Queiroz da Silva Graduação em 2007 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Mestrado em 2015 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Grupo de pesquisa: ECFT - Estudos em Contabilidade Financeira e Tributária. E-mail para contato: jonathasqueiroz@id.uff.br

Jorge Eduardo Scarpin Professor Adjunto da Universidade Federal do Paraná – UFPR; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da UFPR; Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade de São Paulo – USP; Mestrado em Contabilidade e Controladoria pela Universidade Norte do Paraná – UNOPAR e Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; Doutorado em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo – USP; Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2

José Roberto de Souza Francisco Professor Efetivo da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade do Departamento de Ciências Contábeis da UFMG; Graduação em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Newton Paiva; Mestrado Profissional em Administração pela Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais – FEAD; Doutorado em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Joséte Florencio Dos Santos Atualmente está na Vice-coordenação do PROPAD/UFPE e Coordenação do Mestrado Profissional em Administração. É membro do Comitê Científico de Finanças do ANPAD. Membro do Comitê Interno do PIBIC/UFPE/CNPq desde 2012. Possui graduação em Engenharia Elétrica (1983) e em Administração (1995) pela Universidade Federal de Pernambuco; Mestre em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco (1998) e Doutor em Administração pela COPPEAD/ UFRJ (2005). Atualmente é professor associado da Universidade Federal de Pernambuco. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Administração Financeira, atuando principalmente nos seguintes temas: governança corporativa, estrutura de capital, desempenho, práticas de governança corporativa e monte carlo.

Josimar Pires da Silva Professor da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD; Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade São Francisco de Assis FASFA; Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília – UnB; Doutorando em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília - UnB ; Grupos de Pesquisa: Normalização Contábil e Qualidade da Informação das Empresas Brasileiras

Kliver Lamarthine Alves Confessor É doutorando e mestre em Administração pelo Programa de Pós de Graduação em Administração da UFPE - PROPAD, com ênfase na linha de Finanças. Possui especialização de Gerenciamento de Projetos. Formado em Administração pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Durante o ano de 2010 foi aluno especial no Programa de Pós Graduação de Engenharia de Produção na Universidade Federal da Paraíba - PPGEP/UFPB onde iniciou e atuou os estudos em custos. Atuou como professor da Faculdade Mauricio de Nassau em Campina Grande e Orientador de Aprendizagem no Serviço Nacional de Aprendizagem

Comercial em Campina Grande (SENAC/PB). Foi Gerente Comercial na SOLARIS Concursos e Gerente Administrativo na TELNET TELECOM & TI. Foi professor substituto na Universidade Estadual da Paraíba e atualmente leciona disciplinas e orienta trabalhos de conclusão de curso nos níveis de graduação e pós-graduação. Tem interesse nas áreas de Finanças de Curto Prazo, Avaliação de Empresas, Investimentos, Gestão de Custos, Gestão da Produção e Gestão de Projetos.

Larissa Brutes Graduada em Ciências Contábeis - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- URI. Pós Graduada em Direito Tributário – Faculdade Unyleya. e-mail: laribrutes@gmail.com

Lucas Pereira Silveira Graduação em Ciências Contábeis pelas Faculdades Integradas de Caratinga; E-mail para contato: lucas.ctga.silveira@gmail.com

Luiz Sebastião dos Santos Júnior Professor da Universidade Federal de Pernambuco/Campus do Agreste; Graduação em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco; Mestrado em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco (PROPAD/UFPE); Doutorando em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco (PROPAD/UFPE); E-mail para contato: luizssjr@hotmail.com.

Marcela Rebecca Pereira Professora da Faculdade Maurício de Nassau / Cabo; Graduação em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco/Campus do Agreste; Mestrado em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco (PROPAD/UFPE); Doutoranda em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco (PROPAD/UFPE); E-mail para contato: marcelarebecca@hotmail.com.

Márcia Maria Silva de Lima Professora da Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Pós-Graduação /em Contabilidade Gerencial pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Pós-Graduação em Direito Tributário pela Faculdade de Alagoas (FAL); Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília (UnB); E-mail para contato: marciamslima@hotmail.com.

Mariana Camilla Coelho Silva Castro Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Viçosa – UFV; Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Mariana Pereira Bonfim Professora do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal Fluminense – Pólo de Volta Redonda; Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal Fluminense – UFF; Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ; Doutoranda em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília – UnB; Grupos de Pesquisa: Arconte - Análise de risco e controladoria estratégica Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ciências Contábeis - Controladoria e Contabilidade Gerencial; Gecontec – Grupo de Estudos e Educação Contábil; E-mail para contato: marianabonfim@id.uff.br

Mivaldo Cavalcante Gomes de Almeida Neto Graduando em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL);

Naiara Leite dos Santos Sant' Ana Professora da Universidade Federal de Juiz de Fora; Graduação

em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de São João Del Rei; Mestrado em Administração – Linha Controladoria e Finanças pela Universidade Federal de Lavras; Doutorado em Administração – Linha Finanças pela Universidade Federal de Minas Gerais; Integrante dos grupos de pesquisa: Núcleo de Estudos Gerenciais e Contábeis (NEGEC/UFMG) e, Núcleo de Ensino, Pesquisa e Consultoria em Finanças e Contabilidade (NUFI/UFMG); naiara.leite@uff.edu.br

Neusa Maria da Costa Gonçalves Salla Professora da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- URI; Doutora em Ciências Contábeis e Administração. e-mail: neusalla@santoangelo.uri.br

Paula Porto de Pontes Valentim Doutorado em Administração de Empresas pelo IAG PUC-Rio. Mestre pelo COPPEAD – UFRJ

Rafael Martins Noriller Professor da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD; Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD; Mestrado em Administração pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS; Doutorado em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília – UnB; Grupos de Pesquisa: Retorno Acionário e Variáveis Macroeconômicas

Renata Céli Moreira da Silva Paula Professora da Universidade Federal Fluminense – UFF. Graduação em Administração pela IBMEC-Rio. Mestrado em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – IAG/PUC-Rio. Doutorado em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – IAG/PUC-Rio

Roberto Miranda Pimentel Fully Professor da Rede de Ensino Doctum; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Rede de Ensino Doctum; Graduação em Ciências Contábeis pelas Faculdades Integradas de Caratinga; Mestrado em Ciências Contábeis pela Fucape; E-mail para contato: rfully@gmail.com

Rodrigo Dilen Louzada Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Espírito Santo; Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Espírito Santo; E-mail para contato: rodrigo.dlouzada@gmail.com

Rosane Maria Seibert Professora da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- URI; Doutorado do Programa de Pós Graduação em Ciências Contábeis na UNISINOS; e-mail: rseibert@santoangelo.uri.br

Sabrina Amélia de Lima e Silva Graduação em Ciências Atuariais pela Universidade Federal de Minas Gerais; Mestrado em Administração - Linha Finanças pela Universidade Federal de Minas Gerais; Doutorado em Administração - Linha Finanças pela Universidade Federal de Minas Gerais; silva.saamelia@gmail.com

Silvana Anita Walter Professora Curso de Administração e do Mestrado Profissional em Administração e Mestrado Acadêmico em Contabilidade da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Foi professora dos Programas de Pós-Graduação em Administração (PPGAD) - Curso de Mestrado em Administração - e Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Administração (PPGCC) - Curso de Doutorado em Ciências Contábeis e Administração da Universidade Regional de Blumenau

(FURB), Blumenau (SC) no período de 2010 a 2013. Doutora em Administração pela PUCPR ? Curitiba. Mestra em Administração: Gestão Moderna de Negócios, pela FURB ? Blumenau (SC). Especialista e Graduada em Administração pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Atua na linha de pesquisa de Estratégia e Sustentabilidade (UNIOESTE). Professora e Coordenadora no Curso de Administração na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Leciona disciplinas de Métodos e Técnicas de Pesquisa, Metodologia da Pesquisa Qualitativa e Estratégias Organizacionais. Estuda preferencialmente o Ensino e a Pesquisa em Administração e Contabilidade (teorias, metodologias e pesquisa), além de Strategy as Practice aliada a Teoria Institucional. Desenvolve pesquisas utilizando tanto métodos quantitativos (regressão equações estruturais e outras técnicas multivariadas) e de análise de redes sociais, como qualitativos com apoio de software (ATLAS ti). Na área de Ensino e Pesquisa . Foi Líder do Tema de Formação do Professor e do Pesquisador (Período de 2011/2012) e Líder do Tema 2 - Estratégias e Métodos de Pesquisa Quantitativos e Qualitativos (Período de 2013 a 2017) da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (ANPAD) , tendo recebido prêmios na Área de Educação e Pesquisa. Avaliadora de eventos e periódicos científicos. Autora de diversos artigos publicados em periódicos, capítulos de livros e trabalhos apresentados em eventos. Foi Bolsista Produtividade CNPq Nível 2 no período de 2013/2015 e coordenadora de projeto de pesquisa financiado pelo CNPq. E-mail: silvanaanita.walter@gmail.com

Thiago Mello Affonso de Andrade Graduado em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – IAG/PUC-Rio.

Veronica Silva Ricardo Professor da Faculdade do Futuro; Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Viçosa; Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Espírito Santo; Grupo de pesquisa: Relação entre vantagem competitiva e métricas das demonstrações contábeis; E-mail para contato: veronica.ricardo@hotmail.com.

Vinícius Mothé Maia Doutor em administração pelo IAG PUC-Rio; Professor da FACC-UFRJ

Wagner Ferreira da Silva Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Paulista (UNIP); Especialista em Perícia Judicial e Práticas Atuariais pelo ITCP Cursos & Pós-Graduação; Graduando em Direito pela Fundação Educacional de Oliveira; E-mail: contato@wagnerfsilva.com.br.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-85107-02-4



9 788585 107024